

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cristiane de Oliveira Figueiredo Rodrigues

RESUMO

A pesquisa insere-se no Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da FFLCH-USP e tem como objetivo analisar as concepções dos coordenadores pedagógicos (CPs) acerca da educação das pessoas com deficiência. A legislação brasileira, especialmente a LDB e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, consolidou a perspectiva inclusiva, ampliando as matrículas de estudantes com deficiência em classes comuns. Nesse contexto, o coordenador pedagógico (CP) assume papel estratégico ao articular práticas docentes, promover formação continuada e apoiar a construção de projetos pedagógicos inclusivos. Entretanto, estudos indicam que a inclusão escolar muitas vezes ocorre de forma precária, caracterizando o que Sawaia (2001) denomina “inclusão perversa”, que mantém estruturas de exclusão. Além disso, resquícios do movimento eugenista do início do século XX permanecem presentes em concepções e práticas escolares, influenciando representações sociais sobre a deficiência. Assim, compreender como esses elementos atravessam a atuação do CP torna-se fundamental. O estudo foi desenvolvido com CPs da rede municipal de São Bernardo do Campo, por meio de grupo focal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da USP. Busca-se, com isso, identificar se as concepções desses profissionais favorecem uma escola verdadeiramente inclusiva ou se contribuem para a reprodução de práticas excludentes.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A legislação brasileira apresenta a educação das pessoas com deficiência como uma modalidade nomeada de educação especial e que, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), perpassa as demais modalidades,

desde a educação infantil até o ensino superior. Tendo a LDB sido aprovada em 1996 e tendo sido acompanhada de outras importantes legislações, como a própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, esses trinta anos trouxeram muitas mudanças nas escolas brasileiras, dentre elas, o aumento no número de matrículas, nas escolas e classes comuns, de alunos com deficiência.

Neste sentido, legalmente, a escola regular passou a ser o espaço de aprendizagem de todos os alunos, com ou sem deficiências, e diversos estudos surgiram nos últimos anos buscando compreender como ocorre o ensino destes alunos nas classes comuns. Para a garantia dessa aprendizagem, são diversos os atores envolvidos. Esta pesquisa se foca em um deles, o coordenador pedagógico.

Inserido nas escolas brasileiras, esta função teve origem em um desdobramento da supervisão escolar. Enquanto a supervisão foi criada com uma proposta de acompanhar ou vigiar mais de perto o trabalho pedagógico, a coordenação pedagógica surge para articular e mediar a atuação docente (VASCONCELLOS, 2011). Consequentemente, sua atuação pode ser significativa na construção de uma escola inclusiva, sendo que, neste cenário, faz-se necessário um olhar atento para a realidade das escolas brasileiras e as concepções que as cercam.

Na educação básica, professores têm a responsabilidade de buscar o sucesso escolar de todos os educandos, com o apoio da gestão escolar, composta pelo diretor escolar e pelo CP. Deste modo, cabe a ele a articulação com os docentes, buscando garantir que o conteúdo proposto seja ministrado e que sejam propostas estratégias adequadas para o processo pedagógico. Também está o CP incumbido da formação continuada dos docentes. Assim, as concepções deste profissional podem influenciar neste processo de aprendizagens. Desta maneira, o CP deve identificar as barreiras para o ensino de todos e identificar as necessidades formativas do grupo e, diante delas, propor ações de enfrentamento para a melhoria da aprendizagem dos educandos com deficiência. Porém, como este profissional lida com isso no contexto escolar?

Levando em consideração o papel da coordenação pedagógica na formação de professores, na articulação de projetos e atividades na escola e na articulação do Projeto Político-Pedagógico, faz-se necessário refletir quem é este profissional e sua relação com a educação da pessoa com deficiência. O tema da pesquisa, portanto, foi a relação entre as concepções dos CPs e o desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas.

EUGENIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O tema pesquisado aponta que, ao buscar identificar a natureza da relação desse profissional com os educandos, identificam-se influências do movimento eugenista nas escolas, o que pode ser remontado ao processo histórico do movimento no país, visto que, de acordo com Verzolla (2017), em meados da década de 1920 o movimento encontrou espaço nas escolas e teve influências na instituição:

O projeto eugenista do início do século deixou até hoje marcas na sociedade brasileira que podem ser vistas na educação brasileira, em especial na educação das pessoas com deficiência. Logo, encontramos resquícios da eugenia nas concepções de CPs, em especial da eugenia positiva (MOTA, 2003), que reverberam em suas falas e práticas, tendo impacto nas práticas dos professores e trazendo prejuízos à garantia das aprendizagens destes estudantes. Dessa forma, convém conceituar a eugenia como um movimento científico e social que ganhou força no final do século XIX e início do século XX, que buscava promover o “aperfeiçoamento” da espécie humana por meio do controle da reprodução projeto de nação (GALTON, 1909).

De acordo com Mota (2003), ela se dividia em duas vertentes principais: a eugenia positiva, que estimulava a reprodução entre aqueles considerados “aptos”, e a eugenia negativa, que visava restringir a reprodução de pessoas vistas como “degeneradas” ou “inaptas”.

A presente pesquisa busca investigar se a concepção que os CPs carregam em suas práticas podem contribuir para a manutenção de uma escola que se finge inclusiva, mas que reproduz a exclusão e a segregação, a partir do conceito de Sawaia (2001) de inclusão perversa, que é uma inclusão que não transforma as estruturas excludentes e, por isso, acaba sendo mais uma forma de exclusão disfarçada. As pesquisas demonstram que o ensino de alunos com deficiência passa por um momento em que temos a inclusão desses alunos nas escolas, porém apesar de estarem inseridos nas salas comuns, os seus direitos de aprendizagem muitas vezes não são garantidos.

Portanto, trata-se de um tema de grande relevância social, em primeiro ponto pela importância de estudos investigarem os entraves da educação de pessoas com deficiência, para que seja possível investir na garantia de aprendizagem de todos. Deste modo, tendo o CP um papel tão relevante no processo pedagógico e havendo

tão poucas pesquisas que relacionem de que maneira as concepções desses profissionais podem ter relação com a educação destes educandos, pode trazer benefícios para essa situação presente nas escolas brasileiras.

METODOLOGIA E RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa de campo foi realizada por meio de um grupo focal com coordenadores pedagógicos efetivos da prefeitura de São Bernardo do Campo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, CEP 138, sob protocolo 82546824.5.0000.0138. Está em desenvolvimento, em fase final da escrita da tese.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, foi agendado o uso de sala no CENFORPE para realização de pesquisa de campo e foram convidados 12 profissionais para o dia. Na data, compareceram apenas quatro coordenadoras pedagógicas, todas mulheres. O encontro contou com um mediador que conduziu a discussão, a presença da pesquisadora, como uma observadora, e as quatro coordenadoras.

Como metodologia de análise dos dados, utiliza-se a metodologia da análise de conteúdo, a partir de Bardin (2016), e dividiu-se o texto em categorias e subcategorias, para a análise. Em primeiro ponto, o CP aponta como problemas identificados a formação inicial inadequada e a carência de formação continuada, havendo uma necessidade constante de autoformação e redes de apoio. Aponta também que em suas práticas lidam com a mediação entre o professor e os profissionais de AEE e equipe técnica, busca por parceiros externos e elaboração do PEI. Identificam como desafios da prática a sobrecarga de trabalho, a falta de estrutura e tempo e a pouca qualificação da equipe.

Em relação às percepções destes profissionais sobre a inclusão, apesar de no discurso identificarem a inclusão como um direito e a escola como um espaço de socialização, questionam a escola como o espaço ideal para os estudantes com deficiência, demonstrando discursos velados e até explícitos de exclusão, como questionamentos sobre se a escola realmente é o espaço para a criança como deficiência, a naturalização da segregação e da institucionalização e até evocam sentimentos de impotência como justificativa para a exclusão.

Ao discutir as expectativas para a inclusão, adotam concepções de normalidade para comparar as crianças atípicas com as típicas no âmbito das expectativas, demonstrando dificuldades em reconhecer pequenos avanços como progresso e realizando comparações entre crianças com deficiência e sem deficiência como critério de avaliação.

As concepções de educação das pessoas com deficiência dos CPs possuem impacto direto em como ele conduz os trabalhos da unidade escolar em que atua. Em vista disso, temos na escola o CP, que foi professor e formou uma concepção de trabalho com a inclusão, que teve ou não a temática na formação inicial, já que as reformas curriculares que incluíram a educação inclusiva no currículo são relativamente recentes. Além disso, esse profissional teve contato com outros profissionais e trabalhou com outros CPs. Nessa trajetória, formou uma concepção do que é inclusão e de como ela deve ocorrer. Quando o profissional se torna CP, carrega consigo a concepção que formulou ao longo de suas práticas.

A pesquisa busca compreender quais são as concepções dos profissionais investigados, e os seus discursos revelam resquícios de uma lógica que remonta à eugenia, especialmente na forma como a escola é pensada como espaço de normatização.

Os eugenistas vislumbravam a escola como um instrumento importante na persuasão para a realização dos casamentos eugênicos, por meio também da educação sexual, e um espaço ideal por excelência para gerenciar a população. As práticas de higiene visavam à normatização dos comportamentos cotidianos, desde a escovação dos dentes até a formação do caráter. Nas escolas, as crianças deveriam não apenas executar as ações estabelecidas, mas também repetir, diariamente, seus deveres em relação às práticas saudáveis (VERZOLLA, 2017, p. 49).

Desse modo, as pesquisas mostram grande influência da eugenia na formação das escolas, sendo que tal influência pode ainda ser vista em muitas ações da escola. Os resultados finais serão apresentados em tese, prevista para o primeiro semestre do ano de 2026.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

GALTON, Francis. **Essays in Eugenics**. London: The eugenics education society, 1909.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2003.

SAWAIA, Bader B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **O professor coordenador pedagógico como mediador do processo de construção do quadro de saberes necessários**. 2011. Disponível em: <
https://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page4256.htm>. Acesso em 21 jul. 2025.

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. **Medicina, saúde e educação: o discurso médico eugênico nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo entre 1920 e 1939**. São Paulo, 2017. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Medicina Preventiva.